

1. Sidnei J. Munhoz \*

## Os EUA e a conclusão da II Guerra Mundial: os impasses concernentes à Guerra do Pacífico e ao Extremo Oriente

### ABSTRACT

Este artigo analisa os dilemas para as decisões militares e a Política Externa dos EUA ao final da Segunda Guerra Mundial, principalmente os problemas relacionados à conclusão da Guerra do Pacífico e as políticas direcionadas ao Extremo Oriente. Isso será efetuado por intermédio da revisão das abordagens da historiografia ortodoxa, neo-ortodoxa, revisionista e outras perspectivas. O artigo analisa principalmente os debates relacionados aos bombardeios nucleares a Hiroshima e a Nagasaki e a entrada da União Soviética na guerra contra o Japão.

**Palabras claves:** Segunda Guerra Mundial, Política Exterior, Guerra del Pacífico, Japón, Unión Soviética.

---

\* Professor de História Contemporânea na Universidade Estadual de Maringá (Brasil). E-mail: [sidneimunhoz2010@gmail.com](mailto:sidneimunhoz2010@gmail.com). Agradeço ao CNPq que, por meio da bolsa produtividade, criou as condições para o desenvolvimento desta e de outras pesquisas correlatas

*This article analyses the dilemmas to USA military decisions and Foreign Policy at the end of World War II, mainly the problems connected to the conclusion of the Pacific War and the Far East policies. It will be done by the review of Orthodox, Neo-orthodox, revisionist and other perspectives. The article analyses mainly the debates related to the nuclear bombing of Hiroshima and Nagasaki and the entry of Russia into the war with Japan.*

**Key Words:** World War II, Foreign Policy, Pacific Front, Japan, URSS.

\*\*\*

### Introdução

O término da II Guerra Mundial desencadeou uma série de conflitos entre os Estados Unidos e a União Soviética em busca da hegemonia global. Uma vez que a vitória aliada na Europa havia se consolidado, as duas potências viram a necessidade e a oportunidade que se apresentava: estava em aberto a disputa pelo futuro da humanidade que ressurgia dos escombros daquele processo. No entanto, no Extremo Oriente, um inconcluso conflito aparecia como um obstáculo para a reorientação de foco que o novo contexto solicitava.

Sobre esse processo histórico, diferentes correntes de pensamento alinhavam interpretações divergentes. Para a ortodoxia estadunidense, cujas matrizes provêm da própria diplomacia do país, a emergência dos conflitos entre os EUA e a URSS se

constituem em desdobramentos de problemas acumulados ao longo do conflito. Para esses autores, as tensões diplomáticas entre as duas potências foram resultantes do descumprimento, por parte da União soviética, dos acordos firmados entre os aliados durante o esforço de guerra. Desse ponto de vista, Harry Truman expressava a continuidade da política desenvolvida durante as administrações de Franklin Delano Roosevelt (FDR). Acrescentam ainda que essas tensões certamente ocorreriam mesmo que FDR não houvesse falecido e permanecesse na presidência do país até o final do seu mandato. Historiadores que se situam no campo crítico da política externa dos Estados Unidos, nomeados como revisionistas, argumentam que desde a morte de Roosevelt e a consequente posse de Truman, os EUA alteraram de forma substancial a sua política em relação ao desfecho do conflito e em especial às negociações com a URSS. Dessa perspectiva de análise, as divergências irrompidas ao final daquele conflito global resultaram da agressividade da política externa dos EUA. Para os propósitos deste artigo, exploraremos estas duas percepções, embora dialoguemos pontualmente com outros modelos interpretativos<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Para um balanço da historiografia sobre a Guerra Fria recomenda-se a leitura das seguintes obras. Dentre esses, devem ser mencionados HALLIDAY, F. op. cit., REYNOLDS, David (ed) op. cit., LEFFLER, M. and PAINTER, D. *Origins of the Cold War*. London: Routledge, 1994. JONES, H. and WOODS, R. B. *Origins of the Cold War in Europe and Near East: Historiography and the National Security Imperative*. *Diplomatic History* v7, n2, Spring, 1993. McCauley, M. op. cit.. HOGAN, Michael (ed) *America in the world: the historiography of American foreign relations since 1941*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. HOGAN, Michael and PATERSON, Thomas

Partimos de uma informação relevante para se compreender as práticas e os interesses do governo estadunidense naquele contexto: Desde o final da I Grande Guerra, constituiu-se uma não desprezível opinião contrária à participação do país em engajamentos militares. Durante o “entreguerras”, a interpretação isolacionista, tradicional força política do país desde as últimas décadas do século XIX, ganhou novo alento político e impôs, por meio do aparato institucional – sobretudo o Congresso - um recolhimento do país em relação a uma política externa global mais ativa. Foi apenas a partir do ataque japonês a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, um evento que trouxe a comoção popular necessária, que o país declarou guerra ao Japão e se engajou plenamente no conflito que começava a adquirir proporções globais. Dessa maneira, ressalta-se que, com o término do conflito na Europa, a diplomacia de Washington temia que o prolongamento dos combates com o Japão, e a necessidade de invasão do arquipélago nipônico, com um previsível grande número de baixas, pudessem provocar um significativo desgaste político doméstico. No horizonte, ainda que de modo paradoxal, havia o imaginário pós-Pearl Harbor: a sociedade estadunidense fora impactada pelo ataque japonês e acreditava, estimulada pela propaganda desenvolvida durante os anos de conflito, na necessidade de punir severamente o Japão pela agressão cometida.

(Eds). *Explaining the history of American foreign relations*. New York: Cambridge University Press, 1994; MUNHOZ, Sidnei J. *Guerra Fria: um debate interpretativo*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *O século sombrio*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004, p. 261-281.

Para se entender a relevância daquele evento é importante ressaltar que desde a guerra de 1812, quando Washington foi bombardeada pelos britânicos, o território dos EUA não era alvo de ataque. Apesar de Pearl Harbor não fazer parte da área continental dos EUA, é parte integrante do seu território desde a anexação do Havaí, ocorrida em 1898 e a sua posterior transformação em território em 1900.

Dispendiosas e estratégicas campanhas publicitárias desenvolvidas pelo governo e pela iniciativa privada formaram uma opinião pública com uma postura racista e vingativa. Como resultado, por exemplo, os nipônicos e seus descendentes internados em campos de concentração nos EUA foram alvo de repressão até mesmo mais intensa que italianos e alemães<sup>9</sup>. Tais campanhas estimularam o ódio aos japoneses, como os oito *War Bonds*, realizados entre 1941 e 1946. Com o intuito de vender Fundos de Guerra, os *raids* também criaram a imagem de vilão do inimigo. De um lado, esse tipo de campanha estimulou o patriotismo, de outro, do ponto de vista operacional, a venda dos *War Bonds* servia como estratégia monetária uma vez que retirava dinheiro de circulação, continha a inflação, bem como reforçava o caixa dos governos.

Em campanhas estatais ou privadas, o sentimento de ódio aos japoneses foi particularmente explorado por meio de imagens, sobretudo pôsteres, embora não devamos eclipsar o grande número de filmes e desenhos animados produzidos no mesmo período. Especialistas divergem sobre o

montante preciso, mas estima-se que a produção de materiais imagéticos com conteúdo propagandístico anti-nipônico esteja situada na casa de cerca de 150 desenhos animados, 50 filmes e 1.000 pôsteres, com uma tiragem total que pode haver ultrapassado meio milhão de cópias<sup>10</sup>. Tanto desenhos animados quanto pôsteres estabeleciam relações entre japoneses e animais, como jumentos, urubus, cobras e macacos. No entanto, mais importante que enfatizar a superioridade cultural e social dos estadunidenses em relação aos *'japs'*, era imperativo impingir-lhes inferioridade biológica. Peças como *Bugs Bunny Nips the Nips* (1944), dirigido por Friz Freleng e distribuído pela Warner Bros; *Tokio Jokio* (1943), dirigido por Norm McCabe e distribuído pela Warner Bros; e *You're a Sap, Mr. Jap* (1942), dirigido por Dan Gordon e distribuído pela Paramount Pictures são exemplos desta prática<sup>11</sup>.

Assim, ao término da guerra, os elaboradores da política estadunidense acreditavam na necessidade de terminar o conflito com o mínimo de perdas humanas possível, uma demanda que não era exatamente uma

<sup>9</sup> BESS, Michael. *Choices under fire. Moral dimensions of World War II*. New York: Vintage Books, 2006.

<sup>10</sup> BLUM, John Morton. *V was for Victory: politics and American culture during World War II*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1976; ; LINGEMAN, Richard. *Don't you know there's a war on? The American home front 1941-1945*. New York: Thunder's Mouth Press, 2003; KIMBLE, James J. *Mobilizing the Home Front: war bonds and domestic propaganda*. New York: Texas A&M University Press, 2006.

<sup>11</sup> COHEN, Karl F. *Forbidden Animation: censored cartoons and blacklisted animators in America*. Jefferson, NC: McFarland & Company, 2004, p. 49-77; SHULL, Michael S; WILT, David E. *Doing their bit: Wartime American animated short films, 1939-1945*. Jefferson, NC: McFarland & Company, 1987, p. 31-53; SMOODIN, Eric. *Animating Culture: Hollywood Cartoons from the Sound Era*. News Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1993, p. 71-95.

novidade do governo Truman, uma vez que essa preocupação já fosse visível nos tempos de Roosevelt. Faz parte desse contexto de intenções o arranjo que de FDR empreendeu para envolver a União Soviética na Guerra com o Japão. Da perspectiva de Stálin, a atuação soviética na guerra com o Japão atendia à primazia política do Kremlim de credenciar a União Soviética a desempenhar um papel de potência global na nova estrutura de poder mundial que se encontrava em processo de edificação. Os soviéticos sabiam que os EUA possuíam poder econômico e prestígio internacional para moldar a nova arquitetura de poder conforme os seus interesses e acreditavam que seria possível negociar uma cooperação de modo que a URSS fosse reconhecida e ocupasse um papel determinante na nova ordem global.

Há outro elemento ainda da mais absoluta relevância: a força do Exército Vermelho. As tropas soviéticas haviam demonstrado grande capacidade de combate frente às forças alemãs, em muito superiores às japonesas. Ao final da guerra na Europa, embora desgastadas pelo longo combate, elas se apresentavam muito mais bem armadas e treinadas. Na Europa Central e Oriental as forças terrestres soviéticas possuíam uma superioridade de três para um em relação à soma de todas as outras forças aliadas. O regime autoritário vigente no país e as experiências pregressas indicavam que aquela sociedade se dispunha a sacrificar um número infinitamente superior de combatentes do que o tolerado pela sociedade estadunidense.

Quando ocorreram as negociações em Ialta, Stálin condicionou a entrada do Exército Vermelho no conflito a um intervalo considerável do término da guerra na Europa. A princípio, solicitou seis meses para reagrupar e reestruturar o exército, mas depois concordou com a metade do prazo.

Stálin justificava a demora a entrada da URSS na guerra com o Japão em função das necessidades do conflito na Europa. De forma adicional, eram reconhecidas pelos aliados as dificuldades para se efetuar o deslocamento das forças soviéticas da Europa para o extremo Oriente. Antes da capitulação alemã, os líderes soviéticos justificavam que a URSS enfrentava a maior parte das forças alemãs e que seria impossível levar ao mesmo tempo duas frentes de combate. O líder soviético tinha consciência de que a garantia dos interesses da URSS, conquistados nos embates com as forças do Eixo na Europa Central e Oriental, estavam associados à supremacia do Exército Vermelho na região. O dirigente soviético lidava com uma equação em que as suas forças militares precisavam manter a superioridade na Europa para preservar os interesses conquistados. Contudo, Stálin acreditava que a participação na vitória contra o Japão levaria à expansão da influência da nova potência naquela região.

No contexto da luta sangrenta a que a URSS foi submetida após a invasão alemã em junho de 1941, o país, com vistas a evitar enfrentar combates em mais uma frente, havia estabelecido um pacto de não agressão com o Japão. Observa-se que Stálin denunciou esse pacto com o Japão no início de abril de 1945, sob a alegação de que o país era um aliado da



Alemanha e, portanto, haveria auxiliado o inimigo soviético durante a invasão ao país.

Com o término da guerra na Europa, os documentos trocados entre diferentes instâncias do alto escalão do governo japonês começaram a indicar o incremento da preocupação com a possível declaração de guerra soviética. No entanto, os japoneses não interpretaram adequadamente os sinais provenientes de Moscou e continuaram a acreditar na possibilidade de chegar a um acordo com os soviéticos por meio da garantia de interesses e vantagens na região. Essa perspectiva mostrou-se um erro estratégico, pois, em 15 de abril daquele ano, Stálin havia assegurado aos aliados que declararia guerra ao Japão três meses após o final do conflito na Europa, conforme o acordado em Ialta.

Uma imensa operação de guerra culminou na invasão da Manchúria, iniciada na madrugada de 8 para 9 de agosto daquele ano. A região, ocupada pelo Japão desde 1931, era defendida por cerca de 1.200.000 soldados. As forças soviéticas empregadas na operação contavam com 1.577.725 soldados, distribuídos em 89 divisões, contando com 27.086 morteiros e peças de artilharia, 1.171 múltiplos lançadores katyuchas, 5.556 tanques, 3.721 aviões, 85.819 veículos diversos, além do apoio naval<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> GLANTZ, David. M. . August Storm: The Soviet 1945 strategic offensive in Manchuria. Combat Studies Institute. U.S. Army Command and general Staff College. Fort Leavenworth, Kansas. 1983. <http://www.cgsc.edu/carl/resources/csi/glantz3/glantz3.asp> , table 3 (acesso 10/03/2011); GLANTZ, David. M. . Soviet operational and tactical combat in Manchuria, 1945: 'August Storm'. London: Frank Cass, 2003.

A Batalha da Manchúria, muito provavelmente por conta da Guerra Fria, tornou-se uma das batalhas esquecidas da Segunda Guerra Mundial. Todavia, constituiu-se em uma das mais arrojadas e vitoriosas campanhas bélicas de todos os tempos. Os soviéticos superaram as suas próprias expectativas e conquistaram a Manchúria (uma área um pouco maior que toda a Europa Ocidental) em aproximadamente uma semana, com um saldo de apenas 36.500 feridos, dos quais 12 mil mortos. Os números são particularmente impressionantes quanto comparados com as perdas japonesas, que sofreram cerca 80 mil baixas e tiveram mais de 500 mil combatentes aprisionados<sup>13</sup>. Chama atenção o fato de que, diferentemente de diversos outros cenários, os japoneses não resistiram bravamente na Manchúria, ao contrário, chegou a haver fuga desorganizada. Uma possível explicação para o fato é que, diferentemente da terra pátria, na Manchúria os soldados não estavam a defender de modo direto a divindade do imperador e a terra sacra. No entanto, é admissível supor também que a estratégia adequada, a rapidez, a surpresa e a violência da operação soviética tenham produzido esse efeito.

### **A diplomacia japonesa em relação a Moscou**

Em 14 de abril de 1945, foi interceptada pela inteligência dos EUA uma mensagem do embaixador japonês em Moscou, por meio da *Operation Magic*, que decifrava as

<sup>13</sup> ROBERTS, Geoffrey. Stalin's War From World War to Cold War, 1939-1953. New Haven: Yale University Press, 2007, p. 293.

comunicações japonesas e as repassava à OSS (*Office of Strategic Services*). A mensagem demonstrava preocupação com notícias recebidas por meio de informantes. Segundo elas, os soviéticos estavam a movimentar através da Sibéria cerca de 25 mil soldados em direção ao Oriente. Na mesma mensagem, informava-se também o deslocamento de aproximadamente 150 aviões e 550 veículos motorizados<sup>14</sup>.

Ao quebrar a codificação empregada na transmissão das mensagens japonesas, os EUA se beneficiaram estrategicamente, uma vez que a inteligência inimiga desconhecia que eles houvessem desvendado o código *purple* empregado nessas comunicações. Ressalta-se que mesmo após derrota e a rendição japonesa, forças imperiais continuaram a empregar esses códigos. Ao longo dos meses de junho e julho, novas mensagens trocadas pelo serviço diplomático japonês mostravam a preocupação com a movimentação de tropas soviéticas em direção ao Extremo Oriente. A interceptação de um comunicado do ministro das relações exteriores, Shigenori Togo, a Naotake Sato, embaixador Japonês em Moscou, em 4 de junho daquele ano, revela a extrema apreensão do governo japonês em relação ao possível ingresso da URSS na guerra. Togo afirma ser uma questão da máxima importância não apenas evitar que a União Soviética entre na guerra, mas também induzi-la a adotar uma posição favorável ao Japão. Em adição, o ministro recomenda ao embaixador que não perca a oportunidade de

conversar com os líderes soviéticos<sup>15</sup>. Alperovitz arrola uma grande quantidade de documentos decodificados pela *Magic* ao longo daquele período e a leitura dessas mensagens indica a crescente inquietação dos líderes japoneses com um possível ataque soviético. Em 30 de junho, a Divisão de Inteligência do Departamento de Guerra dos EUA, em um documento denominado “A situação estimada do inimigo”, apresentava a seguinte análise.

Acredita-se que muitos japoneses agora considerem a derrota como provável. Os crescentes efeitos do bloqueio e a cumulativa devastação provocada pelos bombardeios estratégicos devem tornar essa percepção crescentemente mais geral. A entrada da União Soviética na guerra poderia finalmente convencer os japoneses da inevitabilidade da derrota<sup>16</sup>.

Como se observa, havia uma mudança na avaliação da situação do Japão e, em consequência, sobre a possibilidade de rendição daquele país.

### **O projeto Manhattan e construção da Bomba Atômica**

Em 2 de agosto de 1939, pouco antes do início do conflito que posteriormente ficou conhecido como II Guerra Mundial, o renomado cientista Albert Einstein, assessorado pelo físico Leo Szilard, enviou uma carta ao presidente dos EUA, Franklin D. Roosevelt. Na carta, o cientista alerta sobre o perigo de a Alemanha vir a dominar a

<sup>14</sup> ALPEROVITZ, Gar. *The decision to use the Atomic Bomb and the Architecture of an American Myth*. New York: Knopf, 1995, p. 100-101.

<sup>15</sup> Idem, p.121.

<sup>16</sup> Idem, p. 124, (trad livre do autor).

tecnologia nuclear antes dos EUA. Einstein era uma figura de importância singular para essa advertência, uma vez que a sua teoria da relatividade (1905) era a matriz desse campo científico. Embora já houvesse esforços anteriores, em consequência do alerta de Einstein foram ampliados imediatamente os recursos para as pesquisas nesse campo da pesquisa científica. Em 1942, com a continuidade e ampliação da guerra e os avanços nos estudos sobre possível utilização da energia atômica, foi criado o Manhattan Engineer District of the US Army Corps of Engineers, popularmente denominado “Projeto Manhattan”. O projeto foi coordenado pelo general Leslie Groves e a equipe científica foi dirigida por Julius Robert Oppenheimer. Vultosos recursos, centenas de pesquisadores e milhares de trabalhadores foram envolvidos no projeto. Tudo foi desenvolvido com disciplina militar e em segredo de segurança nacional.

O sucesso científico na produção dos artefatos nucleares teve influência nodal na orientação da diplomacia estadunidense em Potsdam e nos eventos seguintes. Truman ficou extasiado com as notícias transmitidas por seu secretário da Guerra, Harry Stimson, sobre o teste nuclear realizado no dia 16 de julho, em Alamogordo, no estado do Novo México (EUA). Segundo Stimson, o teste havia superado todas as expectativas e os EUA poderiam fazer uso desses artefatos em poucos dias. Truman comunicou o resultado do teste a Winston Churchill e apenas mencionou de passagem o fato a Stalin. De posse dessa valiosa informação, endureceu o tom das negociações com os soviéticos e tomou a decisão de bombardear o Japão. Na sequência, iniciou o processo de exclusão dos

soviéticos na construção de uma nova ordem no Extremo Oriente, quebrando o que havia se pactuado em Ialta.

No interior da própria equipe que conduziu o projeto Manhattan houve divergências quanto ao emprego da tecnologia nuclear sobre as cidades japonesas. O cientista húngaro, naturalizado estadunidense, Leo Szilárd (1898-1964), antigo colaborador de Einstein e um dos líderes da equipe científica do Manhattan Project, organizou uma petição, assinada por 70 cientistas do projeto, solicitando ao presidente Truman que não usasse a bomba atômica sobre população civil. Na petição, era sugerida a demonstração do efeito da bomba, para convencer o Japão a se render. A Petição foi encaminhada ao General Groves, coordenador do Projeto. Há evidências de que a petição nunca foi lida por Truman, mas não fica claro se ele soube dela. Szilárd foi repreendido. Muitos dos signatários, posteriormente, foram demitidos. A existência da petição somente veio a público em 1963.

Os bombardeios a Hiroshima e a Nagasaki, ocorridos respectivamente em 6 e 9 de agosto, permitiram que Truman definisse a guerra antes que os soviéticos conquistassem maior participação naquele teatro de guerra. Posteriormente, o governo dos Estados Unidos recusou a solicitação de Stálin relativa à participação soviética na rendição japonesa e pressionou os soviéticos em relação às ilhas Kurilas. Além disso, o presidente estadunidense ordenou a ocupação do Porto de Dalian, que, pelos acordos de Ialta, ficaria sob administração



soviética<sup>17</sup>. A questão é polêmica e sobre ela muito já se escreveu e se escreverá no futuro. Nos arquivos estadunidenses e da Federação Russa, documentos importantes sobre o assunto continuam com acesso restrito, o que dificulta em muito as análises do problema. Debrucemo-nos sobre a matéria.

### **Da guerra convencional à diplomacia atômica**

De maneira sintética, podemos assentir que a tese da historiografia ortodoxa sobre o tema se ergue a partir da perspectiva de que os bombardeios nucleares às cidades de Hiroshima e Nagasaki se apresentaram como o recurso derradeiro para derrotar um inimigo que se recusava à rendição. Desse modo, sublinham que esse tenha sido o preço para se encerrar uma dura e sangrenta guerra. Desse ponto de vista, ressaltam que o governo japonês se recusava a reconhecer a derrota e a aceitar a rendição incondicional conforme os termos decididos pelos EUA e Grã Bretanha em Potsdam. Acrescentam que, com os bombardeios atômicos, evitou-se a necessidade da invasão do Japão, que custaria a vida de mais de 500 mil jovens estadunidenses além de mais de um milhão de militares e civis japoneses. Desse modo, afirmam que, ao contrário do que se supõe, o emprego das bombas nucleares haveria salvado a vida de mais de um milhão de pessoas, somando as prováveis baixas estadunidenses e japonesas.

<sup>17</sup> PECHATNOV, Vladimir o. *The Soviet Union and the world, 1944–1953*. In: LEFFLER, Melvyn P. ; WESTAD, Odd Arne. *The Cambridge History of the Cold War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 90-111, p. 96-97.

De outra perspectiva, a historiografia revisionista assevera que a bomba foi empregada como chantagem nuclear aos soviéticos. Segundo Gar Alperovitz, principal expoente dessa corrente de pensamento, ao final de julho de 1945, o Comando Militar do Pacífico havia alterado a avaliação sobre a guerra do Japão. Nessa nova avaliação, reconhecia-se, segundo o autor, que não mais seria necessário o auxílio soviético para derrotar o inimigo. Como resultado, o Estado Maior da Forças Armadas foi avisado, em 24 de julho, que os EUA não mais precisariam dos soviéticos para invadir o Japão. Além disso, segundo Alperovitz, já se sabia que os moderados do conselho de Ministros do imperador japonês buscavam uma saída para por fim à guerra. Segundo essa perspectiva, havia acenos de rendição, inclusive comunicado em Potsdam, pelos soviéticos, que haviam sido procurados pelos japoneses para intermediar as possíveis negociações. Os soviéticos se recusaram a essa intermediação e comunicaram o pedido a seus aliados. Os motivos da recusa não ficaram claros, mas indicaram que os termos japoneses eram muito vagos. No entanto, sabe-se que Stálin era defensor ardoroso da rendição incondicional.

Alperovitz defende a perspectiva, acima exposta, de que Truman havia seletivamente alterado a sua política em relação aos soviéticos por ocasião do sucesso na criação e desenvolvimento dos artefatos nucleares. Para os historiadores revisionistas, os bombardeios nucleares às cidades japonesas foram desnecessários e estavam muito mais associados à estratégia de limitar as ambições da União Soviética na Europa e na Ásia. Segundo Alperovitz, Truman procurou



postergar ao máximo a realização da Conferência de Potsdam com a intenção de aguardar os testes nucleares, pois, caso houvesse o sucesso esperado, teria um trunfo secreto em suas mãos que lhe daria muitas vantagens na negociação.

De acordo com esse autor, com o sucesso dos testes nucleares, Truman procurou descartar a opção soviética e mesmo evitar o possível ataque do Exército Vermelho ao Japão. Acrescenta que a estratégia desenvolvida durante aquele verão em relação à conclusão da guerra no Pacífico, baseada na entrada da URSS na guerra e na oferta de garantias à vida do imperador, foi abandonada e foram iniciados os preparativos para os bombardeios nucleares. Alperovitz afirma que a União Soviética não foi chamada a assinar o ultimato ao governo japonês emitido em Potsdam e que também não foram oferecidas as garantias à vida do imperador e à manutenção da coroa, que eram fundamentais para a desejada rendição japonesa. Na linha de argumento apresentada pelo autor, essas medidas não foram adotadas, pois se seguia uma estratégia que previa a continuidade do conflito até o emprego das armas nucleares. Caso os Soviéticos assinassem o documento, confirmassem o seu ingresso na guerra e se abrissem a possibilidade da rendição em termos aceitáveis para japoneses, a estratégia da demonstração do poderio nuclear ficaria inviabilizada. Dessa perspectiva, seria perdida a oportunidade de provar aos soviéticos o novo poderio militar dos EUA e com isso a possibilidade de limitar as suas ambições. Assim, Alperovitz e outros historiadores revisionistas concluem que as explosões nucleares se constituem muito

mais no primeiro ato da Guerra Fria do que no epílogo da Segunda Guerra Mundial<sup>18</sup>.

Ao defender o seu ponto de vista, Alperovitz relaciona muitos documentos em que estão expressas as condenações ao emprego dos artefatos nucleares por parte de militares estadunidenses de alta patente e que ocupavam postos chave no Comando de Guerra. Fazem parte deste grupo de militares que manifestaram a sua oposição ao bombardeio nuclear do Japão nomes de destaque, como os generais George C. Marshall, comandante das Forças Armadas dos EUA; Dwight Eisenhower, comandante das forças aliadas na Europa; Douglas MacArthur, comandante das forças dos EUA no Pacífico; almirante Ernst J. King, comandante da frota naval dos EUA; almirante Chester W. Nimitz, comandante da frota dos EUA no Pacífico, e o general Henry Harley “Hap” Arnold, comandante da Força Aérea dos EUA. Como é possível verificar, muitos dos militares mais importantes das forças armadas dos EUA opuseram-se ao uso da bomba atômica contra o Japão.

Segundo Alperovitz, Marshall expressou a sua posição em 29 de maio de 1945, em uma reunião, conforme anotado no memorando assinado por John J. McCloy

General Marshall disse que essas armas deveriam primeiro ser empregadas diretamente contra objetivos militares como uma grande instalação naval e então se não houver resultado provocado pelo efeito dela, ele pensa que deveríamos designar um número de grandes áreas industriais, que o povo deveria ser advertido a abandonar -

---

<sup>18</sup> ALPEROVITZ, Op. Cit.

dizendo aos japoneses que pretendíamos destruir aqueles centros (...) Todo esforço deve ser feito para deixar nossos registros de clara advertência. Nós precisamos evitar com esses métodos o opróbrio que se deve seguir a um mal emprego dessa força<sup>19</sup>.

Outros militares de alta patente, como o Almirante William D. Leahy, então presidente do *Joint Chief Staff*, também se manifestaram. Leahy afirmou sete semanas antes do primeiro bombardeio nuclear que a rendição japonesa podia ser negociada em termos considerados aceitáveis pelo governo daquele país e que ao mesmo tempo deveria se garantir as condições de defesa dos EUA contra futuras agressões. Outro importante militar, major-general Curtis LeMay, considerado um *hawk*, afirmou em coletiva à imprensa, realizada em 20 de setembro de 1945 que os japoneses se renderiam sem a bomba e mesmo que os soviéticos não entrassem na guerra. Questionado se os japoneses não haveriam se rendido por causa da bomba, o general haveria respondido que a bomba não tinha nada a ver com o final da guerra<sup>20</sup>.

Alperovitz relaciona diversas passagens com excertos de manifestações do general Dwight Eisenhower em que ele torna clara a sua oposição ao emprego da bomba atômica. Em uma delas o general afirmou

Eu expressei o desejo de que nós nunca tivéssemos que usar essa coisa [a bomba atômica] contra qualquer inimigo, porque eu não gostaria de ver os Estados Unidos liderar a introdução na guerra de uma coisa tão

horrível e destrutiva como essa nova arma (...) <sup>21</sup>.

A posição expressa por Alperovitz em sua obra seminal leva à conclusão de que o emprego da bomba atômica, do ponto de vista militar, foi desnecessário e poderia ser evitado se os EUA houvessem criados as condições mínimas para uma rendição aceitável por parte do governo japonês. Desse ponto de vista, depreende-se que a decisão teve um cunho político acentuado e estava muito mais associada à intenção de demonstrar o poderio da nova arma ao Kremlin e reduzir o peso da União Soviética na nova ordem mundial. Trumam, Byrnes e Stimson avaliaram que, com o domínio da tecnologia nuclear e após a demonstração prática do poderio da nova arma, seria possível impor a vontade dos EUA à União Soviética. Essa avaliação se mostrou um erro, pois Stálin, embora houvesse ficado impactado quando tomou conhecimento dos artefatos nucleares, concluiu que embora a bomba se tratasse de uma novidade militar importante, eram os exércitos que decidiam guerras<sup>22</sup>.

Tisuyoshi Hassegawa afirma que o impacto da invasão soviética à Manchúria influenciou mais os governantes japoneses a aceitarem a rendição nos termos definidos em Potsdam do que os bombardeios nucleares. Para Hassegawa, a neutralidade soviética, tanto política quanto militar, era fundamental para a estratégia do Japão. O autor sublinha ansiedade do governo japonês no sentido de buscar a intermediação soviética para

<sup>19</sup> Idem, p. 53 (tradução livre do autor).

<sup>20</sup> Idem, p. 336 (tradução livre do autor).

<sup>21</sup> Idem, p.353 (tradução livre do autor).

<sup>22</sup> ROBERTS, Geoffrey. *Stalin's War From World War to Cold War, 1939-1953*. New Haven: Yale University Press, 2007, p. 293 e p. 362..

negociar termos mais aceitáveis para rendição. Afirma que o ataque soviético à Manchúria destruiu essa perspectiva<sup>23</sup>.

Hassegawa enfatiza que, sem uma rápida rendição do Japão, o Exército Vermelho avançaria para além da Manchúria, da Coréia, das ilhas Kurilas e das Sakalinas e colocaria em risco a destruição de toda a civilização nipônica. Dessa forma, entende que membros do governo japonês se preocuparam com o impacto desse avanço soviético no Extremo Oriente. Por intermédio de uma abordagem em termos da história contrafactual, e com todos os riscos a ela inerentes, Hassegawa traça a hipótese de que Truman certamente tentaria barrar a invasão do Exército Vermelho a Hokkaido (a segunda maior ilha do Japão e a que fica mais ao Norte).

Não obstante, Hassegawa defende a posição de que em função ao alto custo de vidas humanas nessa ocupação, o presidente estadunidense poderia conceder algum grau de participação aos soviéticos na administração do Japão. Para o autor, o receio japonês em relação à ocupação soviética foi fundamental na decisão do imperador de aceitar a rendição conforme definido no ultimato de Potsdam<sup>24</sup>. Geoffrey Roberts, em perspectiva próxima à de Hassegawa, ressalta que apenas os bombardeios nucleares não levariam à rendição imediata do Japão. Dessa maneira, o autor enfatiza o peso da invasão soviética à

Manchúria na decisão de rendição tomada por Hiroito<sup>25</sup>.

Em sua linha argumentativa, Hassegawa destaca que a posição japonesa não mudou muito após o bombardeio a Hiroshima e nem mesmo a Nagasaki. Aponta como evidência a continuidade das discussões e a ausência de consenso entre os Seis Grandes<sup>26</sup>. Segundo o autor, o grupo continuava dividido ao meio: três moderados eram propensos a estabelecer a paz nos termos do ultimato de Potsdam, desde que preservados a vida e o trono do imperador (Primeiro Ministro, Kantaro Suzuki; Ministro das Relações Exteriores, Shigenori Togo; Ministro da Marinha, Mitsumasa Yonai). De forma diferente, os três integrantes que compunham a chamada linha dura (Ministro da Guerra, Korechika Anami; Comandante do Exército, Yoshijiro Umezue; Comandante da Marinha, Soemu Toyoda) não viam diferenças entre a nova arma e as anteriores<sup>27</sup>. Hassegawa argumenta que, sem a invasão soviética, muito provavelmente os EUA se veriam frente ao dilema de terem bombardear muitas outras cidades japonesas até que a rendição do país ocorresse<sup>28</sup>.

De outro ponto de vista, os historiadores ortodoxos e neo-ortodoxos justificam o

<sup>23</sup> HASEGAWA, Tsuyoshi. *Racing the enemy: Stalin, Truman, and the surrender of Japan*. Cambridge (Mass): The Belknap Press of Harvard University Press, 2005, p. 295-296.

<sup>24</sup> Idem, p.296.

<sup>25</sup> ROBERTS, Geoffrey. *Stalin's War From World War to Cold War, 1939-1953*. New Haven: Yale University Press, 2007, p. 293.

<sup>26</sup> Os Seis Grandes compunham o conselho que de fato governava o país durante a guerra e onde a decisão precisava ser unânime para ser encaminhada. O imperador cumpria o papel simbólico de consagrar a decisão de consenso emitida pelo conselho.

<sup>27</sup> BESS, Michael. *Choices under fire. Moral dimensions of World War II*. New York: Vintage Books, 2006, p. 215.

<sup>28</sup> HASEGAWA, op. Cit, p.298.

emprego das armas nucleares em decorrência da resistência do governo japonês em aceitar o ultimato aliado aprovado em Potsdam. A partir dessa perspectiva, esses autores afirmam que os bombardeios a Hiroshima e a Nagasaki pouparam de centenas de milhares de vidas de jovens estadunidenses e talvez mais de um milhão de civis e militares nipônicos, pois, segundo eles, a ocupação do Japão implicaria batalhas sangrentas<sup>29</sup>.

Historiadores revisionistas submetem a perspectiva ortodoxa a uma severa crítica a partir de dois pontos fundamentais. Primeiramente, os japoneses buscavam a intermediação soviética para conseguirem melhores termos para a rendição. Em segundo, mostram que as avaliações do comando de guerra dos EUA haviam mudado significativamente nos dias que antecederam o ataque nuclear. Acrescentam que já se estimava não mais ser necessária uma operação de desembarque em massa (que implicaria grandes perdas humanas). Afirmam que, com o embargo imposto e com a entrada na URSS na guerra, avaliava-se que os conflitos chegariam até o início de novembro ou, em um cenário menos promissor, até dezembro de 1945<sup>30</sup>.

Para Robert J. Maddox, existe um mito fundado na crença de que os EUA pudessem derrotar o Japão e ocupá-lo com baixa taxa de fatalidades, como tem defendido Barton Bernstein. Segundo Bernstein essas perdas girariam ao redor de 200 mil vidas de soldados dos EUA. Maddox trabalha com

uma perspectiva mais conservadora com base na estimativa de 500 mil mortes, divulgada à época por Truman e, posteriormente, defendida por Stimson em artigo publicado em 1947.

O autor considera também um mito a avaliação de que se fossem oferecidas garantias de vida ao imperador japonês seria possível chegar a termos aceitáveis de rendição para os japoneses. Maddox questiona as evidências apresentadas por Alperovitz e o acusa de desvirtuá-las, por meio da omissão de palavras ou frases e pela descontextualização de muitos problemas<sup>31</sup>.

Na mesma linha de raciocínio, Dennis Giangrieco apresenta previsões ainda mais pessimistas sobre a possível invasão e ocupação das ilhas japonesas. Para corroborar o seu ponto de vista, cita um memorando escrito pelo ex-presidente Hoover a Truman com estimativas de perdas humanas a variar de 500 mil a um milhão de soldados dos EUA<sup>32</sup>. Sadao Asada afirma que os bombardeios nucleares a Hiroshima e a Nagasaki foram fundamentais para que os moderados dos Seis Grandes, defensores da rendição nos termos de Potsdam, ganhassem força e conseguissem por fim à guerra<sup>33</sup>.

<sup>29</sup> MADDUX, Robert J.. *Hiroshima in history: the myths of revisionism*. Columbia: University of Missouri Press, 2007, passim.

<sup>30</sup> Alperovitz, Op. Cit, p.645.

<sup>31</sup> MADDUX, Robert J.. *Hiroshima in history: the myths of revisionism*. Columbia: University of Missouri Press, 2007, p. 7-11.

<sup>32</sup> GIANGRECO, D.M. "A Score of Bloody Okinawas and Iwo Jimas": President Truman and Casualty Estimates for the Invasion of Japan. In: MADDUX, Robert J.. *Hiroshima in history : the myths of revisionism*. Columbia: University of Missouri Press, 2007 p.76-115, p. 92.

<sup>33</sup> ASADA, Sadao. The shock of atomic bomb and the Japan's decision to surrender – a reconsideration. In: MADDUX, Robert J.. *Hiroshima in history : the myths of revisionism*. Columbia: University of Missouri Press, 2007, p.24-58)



De outro ponto de vista, Michael Bess analisa de forma detalhada um conjunto de doze questões relacionadas ao final da Guerra do Pacífico e aos bombardeios às cidades japonesas. O autor as avalia sempre a partir do escopo da escolha moral e indaga a possibilidade de chegar a termos satisfatórios para a rendição japonesa sem que fossem necessários os bombardeios nucleares. Por meio de indagações pontuais, inicia o debate a perguntar se era necessário bombardear o Japão com armas nucleares para conseguir a sua rendição. Conclui que não era necessário, pois os aliados se encaminhavam para derrotar o Japão com ou sem a bomba. Sublinha que a Operação Olympic já estava planejada para novembro daquele ano, com a previsão de desembarque em massa; lembra que já havia o plano para um segundo e definitivo ataque (Operação Coronet), previsto para a primavera de 1946. Contudo, o autor aponta que mesmo os membros moderados do governo japonês demandavam a garantia de que o imperador Hirohito permanecesse no trono, a não ocupação do Japão, o controle da desmobilização do pós-guerra pelo governo japonês, e o julgamento de civis e militares por cortes japonesas. Segundo Bess, como essas condições eram inaceitáveis para os aliados, os conflitos tenderiam a se prolongar.

Não obstante, Bess conclui que seria uma distorção histórica desenhar um retrato dessa situação como clara e sem ambiguidades. Enfatiza que o momento era de grande turbulência e de permanente mudança. Salienta que evoluções na conjuntura interna japonesa poderiam reforçar a posição daqueles que defendiam a

busca da paz por meio de algum tipo possível de acordo. Bess conclui que bomba nuclear não era diferente das outras. Aponta os dados sobre a destruição provocada pelos bombardeios em cidades como Tóquio, Dresden, Hamburgo, entre outras.

Nesse aspecto, é importante lembrar o cenário caótico experimentado pelo povo japonês em decorrência dos contínuos ataques iniciados pelos EUA com as chamadas fortalezas voadoras, os B-29 desde meados de 1944. A conquista das Ilhas Marianas pelos EUA, em junho de 1944, foi fundamental para a estratégia dos EUA no Pacífico. Com o término da construção de uma base aérea nas ilhas em novembro daquele ano, os EUA operavam com uma logística melhor e com ataques mais eficientes. De início, os EUA tinham como objetivo destruir a infraestrutura militar e industrial japonesa. Contudo, a partir de março de 1945, começaram a realizar bombardeios noturnos contra grandes cidades daquele país. Para se ter uma ideia do poder de fogo estadunidense, na madrugada de 10 de março, 334 B-29 arrasaram Tóquio com mais de duas mil toneladas de bombas incendiárias. Somente nesse dia, cerca de um quarto da cidade foi completamente destruído. Do bombardeio, resultaram aproximadamente 85.000 civis mortos e mais de 100 mil feridos. Após essa colossal destruição de Tóquio, Nagoya, Kobe e Osaka foram arrasadas nos dias seguintes.

Os ataques continuaram em menor escala e em maio novamente se tornaram massivos. Nessa nova fase de bombardeios, Tóquio, Osaka, Nagoya, Yokohama e Kawasaki foram fustigadas. Nessas novas operações, mais de

100 mil civis perderam suas vidas e centenas de milhares foram feridos. No total, estimou-se à época que mais de um milhão de pessoas ficaram desabrigadas e com muita dificuldade para conseguir alguma alimentação. A partir de julho, os bombardeios espalharam-se para todo o interior do país, devastando inclusive as pequenas cidades. Calculou-se que de março a julho de 1945, os bombardeios ceifaram as vidas de mais de 300 mil civis, feriram mais de um milhão e deixaram sem moradias ou abrigos próximo de dez milhões. Com a infraestrutura urbana e industrial em escombros e a força militar impotente, o Japão parecia desabar.

Para Bess, enquanto nos bombardeios convencionais as vítimas foram imediatas, os efeitos do emprego das bombas atômicas continuaram a matar e a produzir sofrimentos à população japonesa, em consequência dos efeitos deletérios da radiação. Nesse aspecto, ele diferencia os artefatos nucleares dos armamentos convencionais<sup>34</sup>.

Não obstante, Bess, de forma distinta de Hasegawa, conclui que os bombardeios nucleares apressaram a rendição japonesa, mas considera como relevante a entrada soviética no conflito. Bess analisa o ultimato emitido em Potsdam de forma distinta de Hasegawa. Para ele, o documento procurava demonstrar aos japoneses como era mais vantajoso aceitar a rendição do que continuar um combate impossível de ser vencido e que somente acrescentaria mais

destruição e sofrimento. Sublinha que a declaração foi endereçada a todas as facções do governo japonês e oferecia garantias ao povo e ao país no pós-guerra, estabelecia que o Japão retornaria à democracia e que os criminosos de guerra seriam punidos<sup>35</sup>. Nesse sentido, os dois últimos aspectos dessa interpretação precisam ser problematizados, uma vez que as noções de democracia no Japão eram rudimentares e que a maior parte da população não considerava os seus líderes como criminosos de guerra. Acrescento que boa dos súditos estava disposta a sacrificar a vida pelo imperador e pela honra do Japão.

Bess detalha os combates travados na defesa das ilhas japonesas e ressalta o altíssimo índice de fatalidade entre os combatentes e civis japoneses. Avalia que o governo continuava a preparar o Ketsu Go (Operação Decisiva), com o intuito de tornar a ocupação do território japonês uma operação sangrenta. Nessa perspectiva, o governo japonês acreditava que em algum momento os aliados fossem forçados a definir termos de rendição aceitáveis para o país.

O autor sublinha o treinamento da população para ações de guerrilha para a defesa de Kyushu (a terceira maior ilha do Japão e a que fica mais ao Sul). Acrescenta que entre janeiro e junho de 1945 os efetivos para a defesa da ilha saltaram de 150 mil para aproximadamente 545 mil combatentes. Na continuidade, Bess afiança que Hiroito aprovava essa política até meados de julho, mas adverte que o imperador começou a modificar a sua posição na primeira semana de agosto, quando se tornam perceptíveis os sinais da sua relutância em dar continuidade

<sup>34</sup>BESS, Michael. Choices under fire. Moral dimensions of World War II. New York: Vintage Books, 2006, p. 201-210.

<sup>35</sup> Idem, p.211.

ao conflito. Segundo ele, Hiroito e os moderados começam a buscar oportunidades para uma solução negociada<sup>36</sup>. Porém, sem consenso, a resposta do governo japonês ao ultimato de Potsdam foi efetuada, de forma bastante vaga, em 28 de julho. Nela, foi empregado o termo *Mokusatsu*, que literalmente significaria “matar com o silêncio”. No entanto, Bess indica que a expressão foi interpretada no sentido de que o ultimato deveria ser ignorado, tratado com o silêncio. Contudo, menciona autores que entendem ser esse um grande erro de interpretação, pois o termo possuía um sentido dúbio que abria as portas para a negociação. O autor pondera um conjunto de informações e avaliações de outros especialistas e ao final conclui que a luta pela ocupação do Japão seria sangrenta<sup>37</sup>.

Bess considera que mesmo após o bombardeio a Hiroshima (6 de agosto) e a invasão soviética à Manchúria (madrugada de 8 para 9 do mesmo mês), o grupo “linha dura” mantinha-se coeso e o embate entre eles e os moderados no conselho do governo japonês continuou empatado em três a três. O autor informa que mesmo o bombardeio a Nagasaki a situação não se alterou de modo significativo e que, somente, na madrugada do dia 10, o imperador rompeu a sua posição de neutralidade e afirmou que havia chegado o momento de “suportar o insuportável”. Feito isso o imperador tomou a decisão de aceitar o ultimato de Potsdam na forma indicada pelos moderados. Lembra ainda que houve tentativa de articulação de golpe e que

muitos militares se suicidaram após saberem da decisão do imperador<sup>38</sup>.

Esse autor avalia que mesmo sem as bombas atômicas e sem a invasão soviética os japoneses inevitavelmente se renderiam, mas acredita que a ocupação do Japão poderia levar a um banho de sangue. A partir da perspectiva contrafactual desenvolve hipóteses de caminhos alternativos para chegar à rendição japonesa. Inicia a sua reflexão com a possibilidade da flexibilização dos termos de rendição. Acrescenta a hipótese de continuidade dos bombardeios convencionais e do bloqueio até a submissão total do Japão.

Na sequência, Bess analisa a proposta de emissão de advertência para a evacuação e posterior bombardeio nuclear de uma área isolada para demonstrar o poderio da nova arma. Por fim, relaciona a combinação desses fatores e conclui que a guerra poderia perdurar por mais seis meses, sem a invasão e a sem bomba. No entanto, aponta que, dessa forma, as fatalidades poderiam ser maiores, pois a combinação de bombardeios com bloqueio levaria inclusive ao risco de fome generalizada e de mortalidade em massa<sup>39</sup>. Nesse aspecto, mais uma vez Bess se distancia de Hasegawa.

Bess recrimina os bombardeios nucleares às cidades japonesas e critica o fato de os EUA não terem primeiro advertido o Japão, depois bombardeado áreas isoladas sob supervisão internacional e afirma que se perdeu essa oportunidade que talvez pudesse fazer alguma diferença naquele

<sup>36</sup> Idem, p. 211-213.

<sup>37</sup> COUGHLIN, William. J.. The great Mokusatsu mistake: was this the deadliest error of our time? Harper's, 206, 1234, 1953, p. 31-40.

<sup>38</sup> BESS, Op. Cit, p.216-217.

<sup>39</sup> Idem, p.218-230.



estágio do conflito. No entanto, Bess ressalta que os bombardeios nucleares salvaram vidas, pois acredita que muito mais pessoas morreriam em decorrência da continuidade da guerra. Nesse ponto, conforme os dados apresentados pelo autor, observa-se a mudança no posicionamento do imperador e delineava-se também a possibilidade, considerada pelo próprio Bess, de que, com a evolução da situação, fosse possível chegar a um termo pela rendição. Do ponto de vista ético, acrescento a necessidade imperiosa de se diferenciar as fatalidades de envolvidos em combate daquelas provenientes de cidades aniquiladas por um único artefato, sem qualquer possibilidade de defesa para os seus habitantes. É óbvio que os bombardeios a Dresden, Hamburgo, Tóquio, Londres, Berlim, Osaka, Nagoya, Yokohama e Kawasaki provocaram milhares de vítimas civis indefesas. A maioria das cidades japonesas foi devastada por bombas incendiárias. Apesar de reconhecer esse enorme poderio de destruição das bombas convencionais, diferentemente de Bess, enxergo diferenças relevantes entre os bombardeios convencionais e o uso de bombas atômicas.

Bess acredita que o bombardeio a Nagasaki foi precipitado e desnecessário. O autor conclui que se construiu um mito de que as bombas atômicas foram empregadas apenas para salvar vidas. Lembra que os bombardeios nucleares não foram usados como últimos recursos frente a um inimigo que não cedia após todas as tentativas esgotadas. Considera factível a hipótese de que foram empregadas com o intuito de evitar a entrada dos soviéticos na guerra e,

em consequência, impedir a sua participação na ocupação e na partilha do Japão<sup>40</sup>.

Nesse tópico, em grande parte, as conclusões do autor foram baseadas no trabalho peregoso de Hasegawa, já referenciado neste texto. Bess adverte<sup>41</sup> que não se pode concluir, a partir da interpretação de Hasegawa, que o emprego das bombas atômicas tinha como primeiro objetivo evitar que a URSS entrasse na Guerra do Pacífico. Esse é um ponto central na diferença entre as posições dos revisionistas, de Hasegawa e de Bess. Nenhum deles adota o ponto de vista da ortodoxia, porém as nuances são bastante demarcadas e em alguns pontos há aproximações das posições de Bess com aquelas defendidas pela corrente ortodoxa.

De um lado, tanto os historiadores ortodoxos quanto Bess sustentam que os bombardeios nucleares salvaram milhares, talvez mais de um milhão de vidas, o que me parece uma questão no mínimo polêmica e de difícil sustentação, pois esse raciocínio tem por base a cristalização dos posicionamentos entre os Seis Grandes. Não me parece que essa fosse a situação, como revela a gradual mudança no comportamento de Hiroito desde meados de julho. De outro, Tanto Hasegawa quanto Bess compartilham com os revisionistas as críticas ao emprego dos bombardeios nucleares, embora com nuances que demarcam posicionamentos distintos. Sublinho a existência da possibilidade da intervenção do imperador, como, de fato, ocorreu quando ele considerou que a continuidade da guerra levaria à completa destruição do Japão.

<sup>40</sup> Idem, p.241-242.

<sup>41</sup> Idem, p.231-236.



Parece-me verossímil a pressuposição de que nos primeiros dias de agosto de 1945, tanto os moderados quanto o imperador caminhavam no sentido de encontrar uma possibilidade de negociação que evitasse a completa ruína do império. Desse modo, me parece correto interpretar a decisão de aceitar a rendição como uma evolução da relutância de Hiroito em dar continuidade ao conflito sangrento e impossível de ser vencido. Desse ponto de vista, os bombardeios nucleares às cidades japonesas foram desnecessários e as justificativas para o seu emprego são inaceitáveis.

O outro ponto a ser enfatizado é a decisão de bombardear o Japão com armas nucleares. Reconheço que a situação em agosto de 1945 era muito complexa e que o governo japonês se encontrava dividido. Ressalto que dificilmente os “linha-duras” do Grupo dos Seis cederiam a ponto de aceitar a rendição incondicional. Apesar disso, afirmo que os EUA apressaram o emprego dessas armas sem que houvesse tempo de uma evolução na conjuntura interna. É óbvio que o governo dos EUA não possuía informações completamente detalhadas do cenário político no núcleo do poder do Japão. Todavia, conheciam detalhes, com informações decifradas pelo *Magic*, de como setores importantes do governo procuravam uma oportunidade para negociar. Desta maneira, defende-se aqui que os EUA, ao empregarem a bomba, tinham dois objetivos políticos: a) abreviar a guerra e reduzir as baixas entre os seus combatentes e b) demonstrar o poderio da nova arma e, com isso, limitar as ambições soviéticas. Ainda se mostra relevante sublinhar minha discordância com os historiadores que não

distinguem o emprego de bombardeios convencionais dos bombardeios nucleares. Ambos foram horríveis e tornaram populações civis alvos indefesos das máquinas de guerra, mas bombas atômicas são armas de destruição em massa e é dessa forma que precisam ser tratadas.

Por fim, considero acertada a afirmação do historiador Tadashi Saito de que a postura de sucessivos governos do Japão ao final do século XX foi hipócrita, uma vez que estes nunca reconheceram as responsabilidades e as atrocidades perpetradas pelas tropas do país ao longo da II Guerra Mundial<sup>42</sup>. O autor sublinha que os capitalistas e toda a direita japonesa negam as atrocidades cometidas pelos militaristas durante a Segunda Guerra Mundial, incluindo-se o Massacre de Nankin e a permanente escravização sexual de mulheres em áreas ocupadas. Para Saito, é imprescindível que os historiadores enfrentem esses debates. Acrescenta a necessidade de que o governo japonês reconheça as responsabilidades do país naqueles trágicos eventos e afirma que, após um posicionamento inequívoco nesse sentido, será possível exigir a condenação dos EUA, em tribunais internacionais, por crime contra a humanidade, pelos bombardeios nucleares a Hiroshima e a Nagasaki<sup>43</sup>.

<sup>42</sup> MUNHOZ, Sidnei J. Os bombardeios nucleares a Hiroshima e Nagasaki. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. . O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010, p. 965-975.

<sup>43</sup> SAITO. Takashi Current views of World War II in Japan. In: Buletin du Comité International d’histoire de la Deuxieme Guerre Mondiale. Paris- Institut d’histoire du temps présent (CNRS), 1999-2000, n. 30-31, p. 153-160.

## BIBLIOGRAFÍA

- ALPEROVITZ, Gar. The decision to use the atomic Bomb and the Architecture of an American Myth. New York: Knopf, 1995
- ASADA, Sadao. The shock of atomic bomb and the Japan's decision to surrender – a reconsideration. In: MADDOX, Robert J.. Hiroshima in history : the myths of revisionism. Columbia: University of Missouri Press, 2007, p.24-58)
- BESS, Michael. Choices under fire. Moral dimensions of World War II. New York: Vintage Books, 2006.
- BLUM, John Morton. V was for Victory: politics and American culture during World War II. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1976.
- COHEN, Karl F. Forbidden Animation: censored cartoons and blacklisted animators in America. Jefferson, NC: McFarland & Company, 2004.
- COUGHLIN, William. J.. The great Mokusatsu mistake: was this the deadliest error of our time? Harper's, 206, 1234, 1953, p. 31-40.
- GIANGRECO, D.M. "A Score of Bloody Okinawas and Iwo Jimas": President Truman and Casualty Estimates for the Invasion of Japan. In: MADDOX, Robert J.. Hiroshima in history : the myths of revisionism. Columbia: University of Missouri Press, 2007 p.76-115
- GLANTZ, David. M. . August Storm: The Soviet 1945 strategic offensive in Manchuria. Combat Studies Institute. U.S. Army Command and general Staff College. Fort Leavenworth, Kansas. 1983.  
[http://www.cgsc.edu/carl/resources/cs\\_i/glantz3/glantz3.asp](http://www.cgsc.edu/carl/resources/cs_i/glantz3/glantz3.asp) (acceso 10/03/2011)
- GLANTZ, David. M. . Soviet operational and tactical combat in Manchuria, 1945:'August Storm'. London: Frank Cass, 2003.
- HASEGAWA, Tsuyoshi. Racing the enemy: Stalin, Truman, and the surrender of Japan. Cambridge (Mass): The Belknap Press of Harvard University Press, 2005.
- KIMBLE, James J. Mobilizing the Home Front: war bonds and domestic propaganda. New York: Texas A&M University Press, 2006.
- LINGEMAN, Richard. Don't you know there's a war on? The American home front 1941-1945. New York: Thunder's Mouth Press, 2003.
- MADDOX, Robert J.. Hiroshima in history: the myths of revisionism. Columbia: University of Missouri Press, 2007.
- MUNHOZ, Sidnei J. Os bombardeios nucleares a Hiroshima e Nagasaki. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. . O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010, p. 965-975.

- PECHATNOV, Vladimir o. The Soviet Union and the world, 1944–1953. In: LEFFLER, Melvyn P. ; WESTAD, Odd Arne. The Cambridge history of the Cold War. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 90-111.
- ROBERTS, Geoffrey. Stalin's War From World War to Cold War, 1939-1953. New Haven: Yale University Press, 2007.
- SAITO. Takashi “Current views of World War II in Japan”. In: Buletin du Comité International d’histoire de la Deuxieme Guerre Mondiale. Paris- Institut d’histoire du temps présent (CNRS), 1999-2000, n. 30-31, p. 153-160.
- SHULL, Michael S; WILT, David E. Doing their bit: Wartime American animated short films, 1939-1945. Jefferson, NC: McFarland & Company, 1987.
- SMOODIN, Eric. Animating Culture: Hollywood Cartoons from the Sound Era. News Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1993.